

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DO RECIFE NO PERÍODO DE RECONDUÇÃO À DEMOCRACIA

Joyce Danielly Pedrosa da Silva/UFPE
joyce.pedrosa@hotmail.com
Rosângela Cely Branco Lindoso/UFPE
roxente@hotmail.com

Introdução

Nosso objetivo de estudo está na breve análise das políticas públicas, considerando a visão de infância nos atendimentos da educação infantil no município do Recife, no período de recondução à democracia. Ainda em nossa discussão, especificar e aferir as políticas e programas brasileiros desenvolvidas neste período histórico. Apontando os procedimentos adotados nas esferas públicas para os atendimentos, detalhando a construção da identidade da política de ensino no Recife.

Registros sobre o contexto histórico.

A expansão do capitalismo, da urbanização e as lutas da classe trabalhadora, entre elas a inserção da mulher no mercado de trabalho, passou a integrar o movimento econômico e social, necessitando assim das instituições, creches, pré-escola e escola que assistissem seus filhos. A partir disso, tornou-se fundamental as discussões sobre a oferta, garantia e principalmente a qualidade na educação.

Somente na Constituição Federal de 1988, se tem a garantia do direito das crianças no acesso à educação. Em seguida, o Estatuto da criança e do adolescente em 1990, vindo a tomar corpo apenas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96. Os primeiros programas de atendimento, logo após o fim da ditadura militar não trazem sintonia nem firmeza para os profissionais envolvidos, muito menos para as crianças. Sobre a nova etapa que se configurava no processo para a consolidação da democracia brasileira (KRAMER 2006, p. 800) diz que:

As políticas públicas estaduais e municipais implementadas na década de 1980 beneficiaram-se dos questionamentos provenientes de enfoques teóricos de diversas áreas do saber; de processos mais democráticos desencadeados na conjuntura política que estava em vias de se consolidar e que se concretizava, entre outras formas, pela volta às eleições para governos estaduais e municipais nos anos de 1980.

Neste pensamento sobre o atendimento na educação infantil, a dotação orçamentária é digna de discussões, visto que o período estudado não tinha garantia de recursos financeiros, os registros sobre a política econômica, indicam que a educação no Brasil sofria influência direta de organismos internacionais. Por isso, justifica-se a prática de parceria com as comunidades, associação de mães e moradores com a finalidade de “aproximar as crianças do seio familiar”.

Na Lei da Educação nº 5.692/71 vigente a época, os capítulos I e II, trazem a descrição da modalidade de ensino analisada e o perfil dos profissionais para exercício do magistério, neles vimos claramente à ausência do reconhecimento da pré-escola, no que tange ao atendimento e a formação dos profissionais nela envolvidos.

Procedimentos metodológicos

O método qualitativo inerente às pesquisas educacionais, temos acesso direto a fonte pesquisada e o investigador mergulhado nas informações contidas. Assim, (LUDKE 1986, p 12), nos diz que “todos os dados da realidade são considerados importantes. O pesquisador deve, assim, atentar para o maior número possível de elementos presentes na situação estudada”. Nesta pesquisa, a análise documental mostra-se essencial em virtude da necessidade de incursão em alguns documentos que trazem os registros das primeiras ações públicas para a educação municipal no Recife, que fazem parte da memória histórica e política da educação do município.

Segundo BARDIN (2009) “a escolha de documentos depende dos objetivos, ou, inversamente, o objetivo só é possível em função dos documentos disponíveis”.

Determinado o *corpus*¹, representatividade e a pertinência destes se tornam determinantes. Essa exploração dos documentos acontece

Enquanto que os procedimentos de exploração, aos quais podem corresponder técnicas ditas sistemáticas (e nomeadamente automáticas), permitem, a partir dos próprios textos, apreender as ligações entre as diferentes variáveis, funcionam segundo o processo dedutivo e facilitam a construção de novas hipóteses (BARDIN 2009, p. 122).

As fontes de pesquisa cabem à memória da educação básica no município do Recife em registros salvaguardados.

Indicações da memória sobre as políticas públicas no município do Recife na recondução à democracia: Revisitando e tecendo reflexões.

Numa breve incursão nos documentos sobre a educação municipal do Recife, datados ao longo da década de 1980, mostram que houve um comprometimento no resultado do sistema de ensino e oscilações entre repetência e evasão no ensino fundamental, em consequência as ações posteriores tinham como proposição a melhoria no atendimento e qualidade no ensino. Neste período, em uma das estratégias configura-se o Conselho Municipal de Educação da Cidade do Recife composto por diversos segmentos da sociedade, denominados como “Representação no conselho, conforme Art 3º da lei municipal 14.105/79.

Já na década de 1990, a promulgação da Lei Orgânica do Recife, que começa a delinear outros passos para a política de ensino na rede municipal do Recife. No art.6º consta “manter a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, os programas de educação pré-escolar e de ensino fundamental”. No Art. 131º, legisla sobre “o surgimento de políticas educacionais preocupadas com a universalização da cobertura”, (RECIFE, 1993). Em seu art. 134º, “atendimento ao educando nas creches, no ensino fundamental e na educação infantil”. Outro fator bastante importante foi que no Art. 135, fica regulamentado o Conselho Municipal de Educação.

Após este período o delineamento da política educacional do município da cidade do Recife torna-se mais evidente, definindo-se que a “universalização do acesso, garantia de permanência, valorização do educador e democratização da gestão” eram os principais norteadores para o trabalho. Após a promulgação da Lei Orgânica do

¹ É o conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos. Bardin (2009).

Recife, a formulação e direcionamento determinado através do Plano Diretor de desenvolvimento da Cidade do Recife, Lei 15.547/91, institui-se a “COMUDE-Conferência Municipal da Educação do Recife, constitui instância colegiada de avaliação do desempenho da política educacional do município e de proposição de diretrizes e metas para o sistema municipal de educação”, (RECIFE, 1993). Este segmento, considerado um dos mais importantes até a atualidade.

Considerado o histórico da Educação Infantil no contexto mundial, alinhado ao contexto brasileiro e do Recife, os registros mostram que a essência de ambos, carrega o caráter assistencialista e no momento que a classe menos favorecida, ligados a fatores como as lutas de classe e avanço do capitalismo, iam aos poucos se tornando uma fatia da camada economicamente ativa, surgiu a necessidade da escola pública e conseqüentemente da pré-escola. Diante o contexto político, social e econômico brasileiro, durante a recondução democrática tomamos como desafio a reflexão sobre a concepção de infância, considerando suas especificidades, onde temos neste breve estudo alguns registros dos improvisos e adaptações nos atendimentos à pré-escola.

Após a promulgação da Constituição Federal, no final da década de 1980, as organizações internacionais que influenciavam a educação infantil no Brasil destinaram sua atenção a outros países, o que abriu a discussão de uma identidade para a infância no país. Já no início da década de 1990, algumas diretrizes adotadas pelo Ministério da Educação, incluem a discussão de que o cuidar e o educar são indissociáveis, além da necessidade de profissionalização dos atendimentos na creche e pré-escola.

Referências Bibliográficas

BARDIN, Laurence. Análise do conteúdo. Edições 70- Lisboa/Portugal, 2009.

LUDKE, Menga. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas/Menga Ludke, Marli E.D.A. Andre. –São Paulo: EPU, 1986.

KRAMER, Sônia. As crianças de 0 a 6 anos nas políticas públicas educacionais no Brasil: educação infantil e/é fundamental. **Educação e Sociedade**. Campinas, vol 27, nº 96-Especial, p.797-818, Out.2006.

Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

Acesso em 25/08/18

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. Secretaria de Educação. **Caderno de educação, formal e alternativas-projetos desenvolvidos**. Recife, 1993. 20 p.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. Secretaria de Educação. **Cadernos de educação-Conselho escolar**. Recife, nº 03, 1993. 22 p.